

ACTA NÚMERO 56

ACTA DA I SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO ANO DE DOIS MIL E DEZ, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZ

— Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro de dois mil e dez, em Benavente, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município, iniciou-se a I Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos. —

— O **Presidente da Assembleia** confirmou a **verificação de quórum**. Seguiu-se a **chamada** dos autarcas, tendo-se registado a presença de todos. Assim, **os trabalhos iniciaram-se, na presença de vinte e quatro autarcas.** —

— O **Presidente da Assembleia** reportou-se ao recente fenómeno meteorológico que tragicamente assolou a ilha da Madeira, lamentando as vidas que se perderam, bem como a profunda afectação na vida de milhares de outras pessoas, sujeitando ao plenário a homenagem solene de um minuto de silêncio, o que foi aceite e cumprido. —

— Após o que chamou a atenção dos autarcas para a **documentação constante das respectivas pastas individuais**, mencionando em especial a edição em suporte papel do novo Regimento da Assembleia. De entre a **correspondência remetida e expedida** salientou o pedido da Escola Secundária de Benavente de comparência dos seus alunos e formadores dos Cursos de Educação e Formação, cuja presença saudou com regozijo. —

— Seguiu-se a **apreciação e a aprovação da Acta da I Sessão Ordinária da Assembleia do ano de dois mil e nove**, de dezassete de Dezembro último, solicitando ao plenário a dispensa da respectiva leitura, o que foi aceite por consenso. Registou-se a intervenção do autarca **Carlos Pauleta**, da Coligação Democrática Unitária, que apresentou várias propostas de correcção, nomeadamente, do teor da sua intervenção constante a páginas dezassete, tendo sido todas aceites pela Mesa. A Acta foi votada e, com as correcções aceites, **aprovada por unanimidade**. —

— O **Presidente** iniciou, então, o **Período de Antes da Ordem do Dia**, referindo a recepção na Mesa, por parte de todas as forças políticas com assento na Assembleia, de votos de pesar/moções/proposta respeitantes à catástrofe natural que assolou a ilha da Madeira, bem como de outros documentos constituindo voto de pesar e moções, mencionando que a sua leitura deveria ser feita por cada um dos proponentes, após as intervenções dos autarcas no presente período da sessão. —

— Dada a palavra ao plenário da Assembleia, inscreveram-se os seguintes autarcas: **José Pastoria**, da Coligação Democrática Unitária, **Vânia Castanheiro**, do Partido Socialista, **Catarina Matos e Júlio Rosado**, ambos da Coligação Democrática Unitária, **Hélder Agapito**, do Bloco de Esquerda, **Carlos Pauleta**, da Coligação Democrática Unitária, **Ricardo Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão e António José Martinho**, ambos do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e **Nelson Lopes**, da Coligação Democrática Unitária. —————

— **José Pastoria** saudou a iniciativa *Limpar Portugal*, lendo documento que mais adiante foi transformado pela Mesa em Moção, a qual consta em anexo à presente acta. Mais, em nome de vários munícipes que lhe fizeram chegar o seu descontentamento com a AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., referiu-se a várias facturas de consumo de água que registam valores anormais, tendo em conta o historial de consumo de água das pessoas em causa. Expôs as situações concretas, as quais considerou serem inadmissíveis, verificando-se aumentos de cerca de mil e quinhentos por cento. Solicitou que a AR, E.I.M. respondesse cabalmente aos utentes.

— **Vânia Castanheiro** usou da palavra para ler Proposta referente à catástrofe natural na ilha da Madeira, do Partido Socialista documento para o qual se remete, constando em anexo à presente acta. Mencionou, igualmente, a sua preocupação relativa à quantidade e qualidade da água nas freguesias de Benavente e da Barrosa, a qual vem possuindo odor intenso a cloro e tem mostrado uma cor enegrecida, prejudicando os usos normais, por parte dos munícipes afectados. Informou, mais, que situação similar foi mais recentemente detectada nas zonas mais baixas da freguesia de Santo Estêvão. Questionou, a propósito desta problemática, o Executivo Municipal, sobre os resultados analíticos mais recentes. —————

— A autarca **Catarina Matos** saudou o sucesso da candidatura multimunicipal da Reserva Natural do Estuário do Tejo ao concurso *Sete Maravilhas Naturais de Portugal*, lendo documento que, a final, foi considerado pela Mesa como Moção, a qual consta em anexo à presente acta. —————

— A este passo interrogou a Mesa da Assembleia o autarca Hélder Agapito, solicitando esclarecimentos quanto à condução dos trabalhos da sessão, com o sentido de saber se se mantinha a metodologia aceite pelo plenário quanto à leitura, apreciação e votação dos documentos chegados à Mesa. O **Presidente** esclareceu

que apesar de já terem-se verificado desvios, nas anteriores intervenções, a tal metodologia, deveria a mesma ser respeitada deste momento em diante. —————

— Usou, então, da palavra, o autarca **Júlio Rosado** para referir-se a notícia saída na imprensa nacional, relativa à preocupação dos eleitos locais dos Municípios da Região quanto à reduzida taxa de execução do Quadro de Referência Estratégico Nacional, questionando o Executivo Municipal quanto à concreta taxa de execução. Sobre a empresa intermunicipal AR, E.I.M. indagou o mesmo Executivo acerca dos respectivos projectos no futuro próximo no Município. —————

— Seguiu-se a intervenção de **Hélder Agapito** que apresentou as seguintes situações, interrogando a Câmara Municipal: **1.** Necessidade de reforço da informação aos munícipes no que respeita à recolha de monos, sugerindo que a AR, E.I.M. continuasse a anterior prática municipal de disponibilizar tal informação nas facturas de consumos de águas; **2.** Deu conhecimento que a partir do momento em que a referida empresa intermunicipal assumiu a respectiva gestão é notório um mau cheiro constante nas imediações da estação de tratamento de águas residuais sita junto ao Rio Almansor, no Porto Alto, freguesia de Samora Correia; **3.** Solicitação ao Executivo Municipal, em face das reclamações, da realização urgente, em conjunto com os restantes municípios associados, de avaliação ao desempenhado da AR, E.I.M. ———

— **Carlos Pauleta**, cumprindo a determinação da Mesa quanto aos documentos a apreciar no presente período da sessão, prescindiu da sua intervenção, apresentando Moção sobre a problemática da Segurança no Município, anexa à presente acta. ———

— **Ricardo Oliveira** interveio para dar conta ao plenário do órgão deliberativo municipal e aos munícipes presentes dos últimos acontecimentos sobre o estado da Saúde, em especial na freguesia de Santo Estêvão. Referiu que recentemente foi informado que a médica que até então servia a extensão do Centro de Saúde de Benavente na referida localidade havia apresentado atestado médico por doença, após o que tentou contactar o Coordenador dessa unidade de saúde pública, sem sucesso. Este contacto conseguiu-o após ter levado a situação a alguns membros da Câmara Municipal. Nesse contacto foi, mais, informado que o estado de doença da mencionada médica, provavelmente, se prolongaria por cerca de dois ou três meses. Nesta conformidade, entendeu como inadmissível a resposta dada aos utentes de Santo Estêvão, por parte dos responsáveis do Agrupamento dos Centros de Saúde Lezíria II, ou seja, que deveriam dirigir-se ao Centro de Saúde, em Benavente, e

inscreverem-se nas consultas da lista de utentes sem médico de saúde familiar. Toda esta situação preocupa-o e entristece-o, uma vez que os utentes de Santo Estêvão são cerca de mil e seiscentos, essencialmente, idosos e pessoas socialmente desfavorecidas que são servidas por uma fraca rede de transportes colectivos públicos, sofrendo sérias dificuldades no acesso à Saúde. Entendeu, a final, que esta é uma situação extraordinária que compete ao citado Agrupamento de Centros de Saúde e à Autoridade Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo solucionar urgentemente. O autarca informou, ainda, que a Junta de Freguesia de Santo Estêvão se associou à meritória iniciativa nacional *Limpar Portugal*. —————

— O autarca **António José Martinho** prescindiu da sua intervenção nos termos aludidos supra quanto à intervenção do autarca Carlos Pauleta. —————

— Por fim, **Nelson Lopes**, após ter saudado os munícipes presentes, regozijando-se pela iniciativa da Escola Secundária de Benavente, promovendo a participação cívica activa dos seus alunos e professores, propôs à Mesa que pudesse estender convites similares a outras pessoas e grupos de cidadãos e focou na sua intervenção os seguintes assuntos: **1.** Situação da Saúde no Município: sublinhou integralmente a intervenção do autarca Ricardo Oliveira, referindo que a situação problemática vivenciada na freguesia de Santo Estêvão se estende a outras freguesias e localidades do Município e advogando que o primeiro passo reivindicativo deveria ser a criação de uma Comissão de Uteses que congregasse esforços dos eleitos locais e dos cidadãos para tomada de posição junto das entidades públicas responsáveis, as quais até ao momento, ignorando os pedidos formais de reunião, demonstraram não reconhecer a legitimidade popular dos autarcas enquanto representantes das populações que servem; **2.** Congratulação pela candidatura do Município às *Sete Maravilhas Naturais de Portugal*, questionando quanto aos respectivos custos e propondo a organização de acções de sensibilização aquando da votação inerente; **3.** Êxito dos Carnavais de Samora Correia e de Santo Estêvão, não obstante as condições meteorológicas adversas registadas; **4.** Saudação da iniciativa *Limpar Portugal*: afirmou que entende que a mesma não deve limitar-se ao próximo dia vinte de Março, tendo que haver um reforço da fiscalização e a criação de lugares apropriados para a destinação final dos resíduos; **5.** Realização de obras na via pública, por parte de várias empresas de serviços de electricidade, de televisão, etc., em desrespeito das condições legais vigentes e com sérios incómodos e prejuízos

para os particulares: exemplificou com o seu caso pessoal verificado na confinância com sua garagem sita na Avenida O Século, em Samora Correia; considerou que as obras deveriam ser melhor publicitadas; afirmou que a Câmara Municipal deveria fazer um acompanhamento mais próximo destas obras; questionou o Executivo quanto à cobrança de taxa de passagem de infra-estruturas; 6. Reportou-se à sobrelotação da Escola João Fernandes Pratas, em Samora Correia, a qual obstaculiza a um ensino de qualidade naquele estabelecimento escolar, solicitando a intervenção da Câmara Municipal junto da Direcção Regional de Educação competente e do próprio Ministério da Educação; 7. Mais, referente ao mencionado estabelecimento escolar pediu que a Câmara pudesse alertar os seus órgãos dirigentes para a situação dos professores fumarem junto à recepção, depositando as beatas no chão, o que é visto pelos alunos. — Teve, em seguida, lugar a leitura de todos os documentos feitos chegar à Mesa para discussão e votação no Período de Antes da Ordem do dia, a saber: 1.º **Voto de Pesar pela Tragédia na Madeira**, apresentado pelos autarcas da Coligação Democrática Unitária; 2.º **Voto de Pesar pela Catástrofe na Madeira**, apresentado pela autarca do Centro Democrático Social/Partido Popular; 3.º **Moção de Solidariedade com o Povo da Madeira**, apresentado pelo autarca do Bloco de Esquerda; 4.º **Moção – Pesar pela Tragédia na Madeira**, dos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata; 5.º **Proposta de Abertura de Conta Bancária de Solidariedade pela Tragédia na Madeira**, apresentada pelos autarcas do Partido Socialista; 6.º **Voto de Pesar pela Morte do Trabalhador Municipal, António Manuel Martins da Costa**; 7.º **Moção – PIDDAC 2010 – Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central**, dos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata; 8.º **Moção – Pela Resolução Imediata da situação gravíssima da Saúde no Município de Benavente – Pela Defesa do Direito à Saúde das Populações Locais**, da Comissão Permanente de Ambiente, Saúde Pública, Qualidade de Vida, Acção Social e Habitação Social da Assembleia Municipal; 9.º **Moção – Situação dos Serviços de Saúde no Município de Benavente**, apresentada pelos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata; 10.º **Moção sobre a Segurança no Município**, 11.º **Moção Limpar Portugal** e 12.º **Moção Sete Maravilhas Naturais de Portugal**, estas últimas dos autarcas da Coligação Democrática Unitária. —————

— Os **documentos** acima identificados como **1.º a 4.º**, incluso, não foram objecto de discussão, tendo sido todos votados e **aprovados por unanimidade**. Sobre o **documento** indicado como **5.º** interveio o autarca **Nelson Lopes** para, reconhecendo todo o mérito a proposta que o mesmo contém, alertar para que a gestão de meios financeiros é sempre de difícil gestão, e afirmar entender como mais útil serem disponibilizados, voluntariamente, meios humanos e ou técnicos do Serviço Municipal de Protecção Civil ou dos Corpos de Bombeiros existentes no Município. Após o que foi votado, tendo sido **aprovado por unanimidade**. O **documento** identificado como **6.º não foi discutido, nem votado**, tendo, mediante proposta do autarca **Carlos Pauleta**, sido cumprido um minuto de silêncio. Sobre o **documento** assinalado como **7.º**, para o discutir, intervieram os autarcas **Nelson Lopes**, da Coligação Democrática Unitária e **Joaquim Cabeça**, do Partido Socialista: **o primeiro**, manifestou a concordância com o teor da Moção, contudo, relembrou que os problemas aí notados datam de há bem mais de cinco anos atrás, tendo como seus responsáveis os deputados da Assembleia da República e os últimos Governos, do Partido Socialista e do próprio Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata em coligação com o Centro Democrático Social/Partido Popular e que o sul do Distrito de Santarém não possui a devida força representativa no parlamento nacional, acrescentando que o Governo terá que rapidamente perceber a importância do nosso Município, já hoje grande gerador de receitas, com expressiva empregabilidade interna, para repercuti-la na justa retribuição dos impostos. Assinalou que a Moção deverá ser levada a conhecimento de todos os grupos parlamentares da Assembleia da República; **o segundo** fez reparo ao teor do documento e ambicionou que os proponentes anexassem a ele as propostas concretas para a resolução dos problemas identificados. Posto a votação, **este documento foi aprovado por maioria, com três votos contra dos autarcas do Partido Socialista e três abstenções, uma do autarca do Bloco de Esquerda e duas de dois autarcas da Coligação Democrática Unitária**. Lidas as Moções identificadas como **documentos 8.º e 9.º** registaram-se, no período da sua discussão, os autarcas **Joaquim Cabeça e Nelson Lopes**: **o primeiro**, expôs a posição do grupo dos autarcas socialistas sobre a situação do acesso à saúde no Município, com o sentido idêntico à tomada de posição da referida Comissão Permanente da Assembleia no documento em análise; **o segundo**, afirmou que a Comissão Permanente proponente do primeiro documento

integra representantes de todas as forças político-partidárias com assento na Assembleia Municipal, não existindo razões para que seja aprovado o documento apresentado pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, propondo que os proponentes o retirem, não sendo votado, complementando com o reforço da sua opinião acerca da situação da Saúde no Município de Benavente já acima explicitada. **Os proponentes aceitaram a retirada do documento identificado como 9.º**, sendo que tomou a palavra o autarca **Ricardo Oliveira** para o afirmar e para relembrar o autarca Nelson Lopes sobre o seu sentido de voto aquando de articulado constante da proposta do Regimento da Assembleia Municipal, documento que havia resultado do trabalho de um Grupo de Revisão com idêntica representatividade político-partidária. Assim, posto o **documento 8.º** a votação **foi** o mesmo **aprovado por unanimidade**. Os **documentos** acima identificados como **10.º a 12.º**, incluso, não foram objecto de discussão, tendo sido todos votados e **aprovados por unanimidade**. —————

— Foi, então, dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para responder às intervenções antecedentes. —————

— Começou por se referir ao apoio incondicional do Executivo à iniciativa *Limpar Portugal*, mediante o acompanhamento dos voluntários colaboradores e através do apelo às colectividades e associações locais à sua participação. Considerou que a iniciativa faz cumprir objectivos nobres, tais como o apelo à consciencialização dos cidadãos na defesa do ambiente e no combate à falta de civismo que, muitas vezes, causam sérios prejuízos à sociedade, exemplificando com a luta anual dos bombeiros portugueses na extinção dos incêndios florestais. —————

— Reportando-se às questões suscitadas sobre o funcionamento da AR. E.I.M., esclareceu que enquanto Presidente da Câmara é o primeiro a receber muitas das reclamações dos munícipes sobre a facturação dos consumos de água, ouvindo-os muitas vezes e procurando sempre garantir o devido encaminhamento dos problemas concretos. Vincou que Benavente é um associado de corpo inteiro na AR, E.I.M., nela empenhando uma influência decisiva e que a própria empresa não vislumbra qualquer interesse lucrativo, pautando-se, antes, pela realização de um relevante conjunto de investimentos no âmbito de um verdadeiro pacto ambiental constituído com todos os municípios associados. Reconheceu que, aparentemente, não existem razões objectivas para as disparidades de consumos registadas, já que seguramente o

tarifário vigente não duplicou ou triplicou preços. Assim, devem chegar à Câmara Municipal as razões objectivas em crise para que se possa junto do Conselho de Administração da AR, E.I.M, exigir os competentes esclarecimentos. Afirmou que aquilo que se tem que fazer é suscitar nos munícipes e na empresa intermunicipal o sentimento de pertença mútua, já que esta empresa foi criada com o intuito de proteger os municípios associados do futuro da privatização do concreto serviço público essencial. Isto sem prejuízo de ter reconhecido que o preço da água aumentou, sendo que a alternativa seria o isolamento do Município, o que não é sustentável. Finalizou, reiterando a inteira disponibilidade da Câmara Municipal para receber e encaminhar as reclamações que houverem lugar no futuro. —————

— Em resposta a **Vânia Castanheiro** considerou que a proposta de abertura de conta bancária de solidariedade com a ilha da Madeira não é exequível, porquanto até ao presente nenhum dos seus Municípios solicitou institucionalmente qualquer tipo de apoio à Associação Nacional dos Municípios Portugueses, sendo certo que experiências anteriores demonstraram que o controlo efectivo inerente a uma gestão criteriosa de fundos financeiros a afectar a ajuda humanitária exige parceiros no terreno. Assim, entendeu que não faz sentido uma actuação ou iniciativa isolada do Município, antecipando-se apoios financeiros, logísticos ou quaisquer outros, ainda não solicitados institucionalmente. Acerca da questão da qualidade da água, quanto à presença de cloro, afirmou que os resultados analíticos, datados de dez de Fevereiro último, altura em que houve a necessidade de introdução dessa substância na rede pública, assinalam, mesmo assim, valores dentro dos parâmetros legalmente impostos, na Barrosa e em São Brás. Reconheceu que se possa actualmente notar mais o cloro, uma vez que antes a Câmara apenas introduzia hipocloreto nos depósitos e agora, na gestão da AR, E.I.M, existem dispositivos instalados na rede de acção directa. O acompanhamento da situação será permanente. Já sobre a cor enegrecida da água informou que este problema já havia sido solucionado, em sede de um processo que se desenrolou, com o primeiro contacto da Presidente da Comissão Administrativa da Freguesia da Barrosa, e que implicou a realização imediata de análises detalhadas que lhe foram posteriormente remetidas, resultados que garantiram não constituir a situação qualquer perigo para a saúde pública. Reconheceu que o problema teve origem na limpeza da rede de abastecimento e distribuição não executada nas condições ideais, originando depósitos de manganês

que provocam a cor amarelada da água, a qual é notoriamente inconveniente. Reportou-se a problema similar ocorrido o ano passado em Samora Correia que obrigou a intervenção de grandes dimensões, tendo a Câmara Municipal contratado e instalado uma nova tecnologia alemã na limpeza das condutas públicas, sendo que a AR, E.I.M já se encontra a estudar a proposta de adaptação desta tecnologia à sua acção. Referiu que há que compreender que a empresa intermunicipal está em fase de instalação e de lançamento de grandes obras, sendo necessário afectar grandes capacidades e esforços no tratamento dos processos das candidaturas a apoios financeiros comunitários. Após o que, prioritariamente, se perspectivarão e concretizarão, os trabalhos de limpeza da rede na Barrosa e demais localidades. —

— Prossequindo, o **Presidente da Câmara Municipal** tratou da matéria do Concurso das *Sete Maravilhas Naturais de Portugal*, sublinhando que o objectivo de sempre da candidatura conjunta da Reserva Natural do Estuário do Tejo foi o trazer para a ribalta essa verdadeira jóia e a sua importância no contexto geográfico da Grande Lisboa, mantendo-se a paisagem natural existente intacta, reserva natural protegida internacionalmente, integrada por Zona de Protecção Especial, compromisso para com a União Europeia, Ou seja, é uma zona que, em si mesma, é um valor patrimonial único no país, não requerendo especiais iniciativas publicitárias, para as quais não se dispõe de recursos financeiros avultados. —

— Respondendo ao autarca Júlio Rosado, o **Presidente do Executivo** sublinhou que, de facto, os autarcas da região estão muito preocupados com a taxa de execução do Quadro de Referência Estratégico Nacional, a qual, quase passados três anos, situa-se em seis por cento. Informou, mais, que a maior taxa de execução pertence aos municípios portugueses, não obstante todas as dificuldades que o Governo lhes tem colocado. Assim, está a ser negociado um novo modelo de concretização daquele Quadro, obviando-se à burocracia e permitindo-se uma maior margem de comparticipação de fundos comunitários. Disse, ainda, que muitos municípios têm verificado uma descida considerável na arrecadação de receitas, o que leva ao esgotamento da sua capacidade financeira, mesmo sem acesso ao crédito bancário. Referiu-se, também, ao Orçamento do Estado para registar que este instrumento prevê um endividamento do Estado em cerca de mais dezassete mil milhões de euros, sendo certo que para tais números os Municípios contribuem em zero vírgula dois por cento, ademais, quando cumpridores, são prejudicados no que a lei estabelece quanto

ao respectivo endividamento. Ao que acresce que os Municípios recebem cerca de onze por cento do Orçamento do Estado, garantem dezoito por cento do emprego nacional e mais de cinquenta por cento de todo o investimento público no país, o que tão só demonstra que têm sido bem mais capazes do que os sucessivos Governos Nacionais. Enumerou, por fim, os principais e mais próximos projectos da AR, E.I.M., no Município de Benavente, a saber: ligação Benavente-Samora Correia, com depósitos elevados e com capacidade para abastecer, numa situação de emergência, durante cerca de quarenta e oito horas, obra a concurso; reparação/substituição das Estações de Tratamento de Águas Residuais de Santo Estêvão e da Barrosa, bem como das denominadas Pendente Um e Pendente Dois, ambas no Porto Alto, da Murteira, em Samora Correia e do Cerrado das Águas, em Benavente, também como investimentos em tecnologias de desodorização. —————

— Acerca das matérias abordadas pelo autarca Hélder Agapito na sua intervenção, informou que está em estudo a reformulação do modelo actual de facturação da AR, E.I.M. e de algum do seu restante conteúdo, sendo prioridade que a sua leitura, a curto prazo, se torne mais fácil. Sobre os maus cheiros provenientes da Estação de Tratamento de Águas Residuais sita junto ao Bairro 1.º de Maio, Porto Alto, na freguesia de Samora Correia, esclareceu que a Câmara já passou para a AR, E.I.M. todas as informações relevantes, incluindo os relatórios de acompanhamento, parecendo-lhe que a empresa intermunicipal ora responsável ainda não tomou todas as medidas para solucionar o caso concreto, nomeadamente o evitar a propagação dos cheiros incómodos por efeito de tapamento, através da introdução de oxigénio na digestão aeróbia que ocorre em tal equipamento. —————

— Reportando-se à difícil situação no acesso à Saúde no Município de Benavente, o **Presidente da Câmara** transmitiu que na última reunião ordinária do órgão executivo municipal foi tomada deliberação de, após recolherem-se os diagnósticos em cada uma das Juntas de Freguesia, ser agendado plenário de todos os autarcas, visando a assunção de uma posição transversal comum, a opor à Autoridade Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e à própria Ministra da Saúde. Comentou considerar a atitude do Presidente da referida Autoridade Regional, perante as tentativas de estabelecer contacto, incompreensível, respondendo através de um seu assessor de imprensa, que, em seu nome, negou o que havia sido por si afirmado quanto ao verificado efeito da situação local, de entupimento das urgências do Hospital Distrital

Reynaldo dos Santos, em Vila Franca de Xira. Mencionou saber que a Ministra é pessoa que respeita o poder político local e os seus legítimos representantes, duvidando que efectivamente lhe tenham chegado todos os pedidos de reunião já feitos pela Câmara, sonhando-se-lhe informação para a poupar de incómodos. A situação concreta que se verifica desrespeita profundamente as populações locais, sendo que a luta pela efectiva garantia do direito constitucional à Saúde será indubitavelmente levada até às últimas instâncias, privilegiando-se, inicialmente, o diálogo institucional em que serão mediadores os eleitos locais, representando as populações locais, e caso necessário for, promover-se-ão movimentos cívicos. ———

— Em seguida, respondeu a duas das questões colocadas pelo autarca **Nelson Lopes**. Relativamente às obras de infra-estruturação pública, realizadas por empresas privadas, informou que, normalmente, estas requerem a prévia autorização municipal, na qual são claramente fixadas as condições de execução e de reposição das vias públicas a respeitar. As excepções são a TV Cabo e a Portugal Telecom, presumivelmente, por possuírem qualquer desconhecido estatuto legal especial. Mesmo nestes dois casos, a Câmara Municipal nunca deixa de actuar, fiscalizando e acompanhando a realização das obras, incluso quanto à obrigação de repavimentação e de reposição de outros danos provocados em domínios privados. A empresa Visabeira é uma sociedade de dimensão considerável que trabalha ao serviço da Electricidade de Portugal, SA, sociedade esta com quem existe um relacionamento de maior proximidade, através de membro do Gabinete de Apoio à Presidência. Quanto à taxa de passagem de infra-estruturas, explicou que a mesma pode ser prevista pelos Municípios, contudo, no caso de Benavente, assim não é, uma vez que esse custo seria repercutido a final na facturação do consumidor final, como imposição da própria Câmara, desvirtuando a própria razão de ser da taxa, não devendo ser os munícipes mais sobrecarregados. Sobre os apontados problemas da Escola João Fernandes Pratas, em Samora Correia, afirmou que a Carta Educativa do Concelho de Benavente já foi homologada e está em vigor, estando nela prevista a ampliação do estabelecimento de ensino em causa, compreendendo não vinte mas vinte e quatro turmas. Os espaços que, em projecto, se destinariam a esta ampliação, foram entretanto, sob a responsabilidade do Ministério da Educação, ocupados com várias funcionalidades, entre as quais, a de biblioteca. Haverá que colaborar com este Ministério na implementação da Carta Educativa e há que junto dele reivindicar o seu

cumprimento, como no caso concreto. Comentou, ainda, que as escolas não prevêem espaços para fumadores e que será fácil encontrar melhor solução que a actual para os professores que o são. _____

— Sobre a Moção do PIDDAC, apresentada e votada antes, afirmou que este tem sido um plano de investimento da Administração Central do Estado, a concretização de processos político-eleitorais sem planeamento, exemplificando com a existência de quatro hospitais distritais no Norte do Distrito de Santarém e nenhum a sul. O Relatório do Orçamento do Estado teve por efeito a retirada de cerca de quatrocentos milhões de euros para a execução do Quadro de Referência Estratégico Nacional por não ser necessário grande grau de concretização! Assim, considerou ter que ser posto fim a planos do tipo ora em causa, apostando-se no reforço das atribuições e competências municipais, em planos de investimento localizado que respondam a necessidades efectivas e prioritárias das populações ou até na criação de um Fundo de Investimento Local ao qual fossem afectados recursos financeiros suficientes, medida claramente possível de tomar. Isto para se acabarem com as suspeições, injustiças, tráficos de influências comprovados existir enquanto se mantiver este tipo de planos. _____

— Concluídas as respostas aos autarcas, o **Presidente da Assembleia** abriu o **Período de Intervenção do Público**, sendo que nenhum dos munícipes presentes tivesse manifestado vontade de intervir. _____

— **Iniciou-se o Período da Ordem do Dia.** _____

— **PONTO 1 – PROJECTO DE REGULAMENTO DOS PERÍODOS DE ABERTURA E DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE – *Fase de apreciação pública e de audiência dos interessados* – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção dada pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro:** _____

— Dada a palavra ao **Presidente do Executivo Municipal** este explicitou o projecto de regulamento em discussão, afirmando tratar-se de uma necessária actualização à evolução legislativa entretanto ocorrida, não se registando alterações substanciais e notando que o mesmo mereceu aprovação unânime na Câmara Municipal. _____

— **Intervieram** na discussão do presente assunto os seguintes autarcas: **Carlos Pauleta, Hélder Agapito e Nelson Lopes. O primeiro** expôs os seguintes

entendimentos: *i)* o projecto de regulamento deveria consagrar a obrigatoriedade dos pedidos de parecer à Juntas de Freguesia, por serem mais próximos dos cidadãos; *ii)* discordância quanto ao que considera um privilégio que os empreendimentos turísticos gozam no que respeita aos horários de funcionamento que lhes é permitido praticar; *iii)* nota de que a redacção da alínea b) do número um do artigo 5.º do projecto de regulamento é equívoca, propondo que a mesma passe a ser, na sua parte final, a seguinte: “ ... nos dias imediatos a sexta-feira, sábado e véspera de feriado.” **O segundo** fez chamada de atenção para que imperasse o bom senso nas deliberações/decisões de alargamento e/ou restrição de horários de funcionamento dos estabelecimentos em causa, sem nunca se descurem os direitos inerentes à qualidade de vida de cada pessoa. O último dos autarcas inscritos sugeriu ao Executivo Municipal que, em face do desconhecimento que a maioria dos comerciantes locais têm quanto à possibilidade de praticarem um horário de funcionamento alargado, isso mesmo fosse publicitado em larga escala, o que poderia constituir um estímulo adicional para o comércio tradicional. —————

— Retomou o uso da palavra o **Presidente da Câmara Municipal** para esclarecer os autarcas intervenientes, nos seguintes termos: **1.** os pareceres solicitados às Juntas de Freguesia têm-se relevado fundamentais na vigência do actual regulamento e assim se vão manter, assumindo importância adicional quando estão em causa pedidos de alargamento de horário, solicitando-se, igualmente, parecer às autoridades policiais localmente responsáveis; garantiu que serão sempre solicitados e caso sejam negativos serão tidos como vinculativos; **2.** o referido a propósito dos empreendimentos turísticos resulta das normas legais que lhe são especialmente aplicáveis; **3.** que o projecto de regulamento municipal em discussão seria remetido à Assembleia e/ou sua Comissão Permanente competente para análise mais detalhada, a possivelmente contemplar na redacção da sua versão final. —————

— **Carlos Pauleta** solicitou o uso da palavra para esclarecer quanto à abordada questão da obrigatoriedade e/ou vinculatividade dos pareceres a solicitar às Juntas de Freguesia, clarificando que a sua intervenção almejava salientar que o carácter obrigatório dos mesmos pareceres, acabado de assumir pelo Presidente da Câmara, não tem tradução na letra do próprio projecto de regulamento municipal. —————

— Finda a discussão, foi o projecto de regulamento municipal sujeito a votação tendo sido aprovado, por maioria, remetê-lo para apreciação pública e de audiência dos interessados, com a abstenção do autarca do Bloco de Esquerda –

— **PONTO 2 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DAS BIBLIOTECAS DO MUNICÍPIO:** - *Fase de apreciação pública* – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção dada pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro: _____

— **Ana Carla Gonçalves, Primeira Secretária** da Mesa da Assembleia, autarca da Coligação Democrática Unitária, apresentou, por escrito, o seu **impedimento na discussão e votação do presente ponto da Ordem de Trabalhos**, o qual foi aceite pela Mesa e arquivado em pasta anexa à presente Acta, tendo os trabalhos da sessão passado a decorrer na presença de vinte e três autarcas. _____

— Dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, este expôs o assunto em discussão, afirmando tratar-se de adicionar ao vigente Regulamento das Bibliotecas do Município de Benavente, um Capítulo que especificamente regulará as matérias substantivas e processuais inerentes a doações e a legados às bibliotecas, por parte de particulares.

— Inscreveram-se para discutir o presente ponto, os autarcas **Hélder Agapito e Nelson Lopes**. **O primeiro**, entregou na mesa sugestões/propostas de rectificações ao texto que serão feitas chegar aos competentes serviços municipais e questionou o Executivo quanto à viabilidade do funcionamento das bibliotecas aos fins-de-semana. **O segundo**, manifestou que gostaria de ver contemplado no texto final da proposta em causa o encaminhamento para entidades específicas, dos acervos de bens que venham a ser repudiados pelo Município e opinou que algumas das pessoas que trabalham nas bibliotecas municipais deveriam ter mais formação profissional por forma a estarem melhor preparadas no atendimento de quem procure os respectivos serviços. _____

— O **Presidente do Executivo Municipal** retomou a palavra para responder aos autarcas intervenientes. Assim, afirmou que poderá ser estudada a viabilidade das bibliotecas funcionarem aos fins-de-semana, considerando em especial os custos de pessoal inerentes, não conseguindo garantir que tal se concretizará, em face dos limites legais vigentes quanto à prestação de trabalho extraordinário e de outras

condicionantes legais aplicáveis. Destacou, mais, que a formação profissional dos trabalhadores municipais é uma aposta contínua da Câmara. —————

— **Finda a discussão, foi a proposta de alteração ao Regulamento das Bibliotecas do Município em título sujeita a votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, remetê-la para apreciação pública.** —————

— **PONTO 3 – PROJECTO DE REGULAMENTO DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE – fase de apreciação pública e de audiência dos interessados**

– **Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção dada pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro:** —————

— **Ana Carla Gonçalves, Primeira Secretária** da Mesa da Assembleia, autarca da Coligação Democrática Unitário apresentou, por escrito, o seu **impedimento na discussão e votação do presente ponto da Ordem de Trabalhos**, o qual foi aceite pela Mesa e arquivado em pasta anexa à presente Acta, tendo os trabalhos da sessão continuado a decorrer na presença de vinte e três autarcas. —————

— O **Presidente da Câmara Municipal** informou acerca do espírito subjacente à aprovação unânime da proposta em discussão no órgão executivo municipal. Afirmou que o projecto não é um documento acabado, sendo que no período de discussão pública deverão, também, merecer especial atenção todos os contributos dos autarcas municipais. Assim deverá ser, em função do sentido de responsabilidade que este documento fundamental para a gestão municipal exige de todos. Justificou o momento de apresentação do projecto, reportando-se às vicissitudes que a lei enquadrante sofreu, tendo ocorrido a prorrogação dos prazos legais para o efeito. Requereu a elaboração da minuta da deliberação que incidirá sobre este ponto. —————

— **Ausentou-se** da sessão o autarca **Paulo Jorge Pinto**, da Coligação Democrática Unitária, passando o plenário a constituir-se por vinte e dois autarcas. —————

— **Inscreveram-se** para intervir no presente ponto da ordem de trabalhos os seguintes **autarcas: Nuno Vieira**, do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e **Bernardo Serra**, do Partido Socialista. —————

— **Nuno Vieira** considerou que a documentação de apoio à discussão do presente ponto não foi distribuída com a necessária antecedência, pelo que a análise feita do projecto de regulamento foi superficial. Todavia, a importância do documento em

causa exige uma análise detalhada e, assim sendo, ainda que compreendendo a urgência da presente aprovação para cumprimento do disposto na lei, não abdicarão os autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata de fazer tal análise, de apresentar sugestões de alteração em conformidade e, eventualmente, a final, mudar o sentido de voto que hoje assumirão, o do voto a favor. —————

— **Bernardo Serra** referiu-se ao incumprimento da antecedência mínima regimental quanto à remessa da documentação de suporte às ordens de trabalhos, lamentando-a num documento tão importante como este. Todavia, em face do compromisso e assumido na Câmara informou que os autarcas socialistas irão votar favoravelmente. —

— **Então, foi o projecto de regulamento sujeito a votação tendo sido aprovado, por unanimidade, remetê-lo para discussão pública.** —————

— **PONTO 4 – ACOMPANHAMENTO DA ACTIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL**

— **Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, nos termos da alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro:** —————

— Concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, este reportou-se à preocupação que é gerada pelo ritmo de entrada de receitas, nos dois primeiros meses do ano, adivinhando-se uma diminuição das receitas próprias. Decorre acompanhamento diário desta situação junto do sítio da Internet do Ministério das Finanças. A própria crise económico-financeira nacional e mundial pode persistir e constituir mais uma pressão negativa na execução das Grandes Opções do Plano e no peso de determinadas despesas. Reafirmou a importância fundamental do investimento municipal na Saúde. —————

— **Inscreveram-se para discutir** o presente ponto, os autarcas, **Hélder Agapito, Dora Morgado**, do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, **Vânia Castanheiro e Nelson Lopes.** —————

— **Hélder Agapito**, focando a aposta prioritária na saúde, lembrou que no último mandato autárquico o Bloco de Esquerda propôs que a Câmara Municipal disponibilizasse um terreno para a construção de um hospital distrital a sul do distrito de Santarém, a qual foi rejeitada pelo plenário, o que até hoje não compreende. ———

— **Dora Morgado** retomou a questão do mau estado dos pavimentos de algumas das vias municipais, sobretudo as de terra batida, trazida na última sessão da Assembleia.

Mais, informou que os trabalhos de beneficiação nos Arados, junto à Capela, impedem o acesso ao único Ecoponto existente naquele lugar, questionando quanto a possível localização alternativa desse mesmo Ecoponto. _____

— A este passo **o Presidente da Assembleia, nos termos regimentais, solicitou ao plenário, a aprovação quanto à continuação dos trabalhos após as vinte e quatro horas, o que foi aceite, por unanimidade.** _____

— **Vânia Castanheiro** interrogou o Executivo Municipal quanto à responsabilidade legal pela limpeza de linhas de águas privadas, sugerindo que se promovesse a sensibilização dos proprietários para executarem a limpeza atempada e conveniente visando o normal escoamento de águas. Mais, informou das condições de instalação e funcionamento do mercado mensal em Benavente, com prejuízo para a circulação rodoviária até em termos de segurança dos transeuntes. _____

— **Nelson Lopes** abordou os seguintes temas: _____

— - Congratulação pela vivacidade da actividade municipal que ressalta da informação em discussão; _____

— - Indicação dos custos totais da candidatura conjunta do município ao concurso *Sete Maravilhas Naturais de Portugal*, que importaram em cento e vinte euros a dividir pelos três municípios candidatos e elogio, em particular, ao trabalho desenvolvido pela autarca Clarisse Castanheiro, da Coligação Democrática Unitária; _____

— - Proposta da criação de um Gabinete de Apoio às Empresas Locais que disponibilize ajuda técnica especializada aos pequenos investidores; _____

— - Informação acerca da aprovação recente na Assembleia da República de projecto-lei que definirá que, a partir de Setembro próximo, o Estado e demais entidades públicas terão a obrigação de pagar juros de mora quando se atrasarem nos pagamentos; Sublinhado que o Município de Benavente é um bom pagador; _____

— - Comemorações dignas dos quinhentos anos do foral da actual cidade de Samora Correia, propondo que se erija um monumento assinalando a data e solicitando o apoio municipal em face do corte de cerca de catorze mil euros nas transferências do Orçamento de Estado para a Junta de Freguesia de Samora Correia; _____

— - Desrespeito pela sinalização indicando a submersão da Estrada do Campo, em Benavente, propondo, por questões de segurança, o barramento total; _____

— - Interrogação quanto ao montante das quotas que Município paga à entidade regional do Turismo; _____

— Consideração que os Municípios com Cidades Taurinas deveriam ter um papel mais assertivo no que respeita à representatividade e importância da festa taurina de cariz popular e não propriamente centralizar a acção na actividade tauromáquica. —

— Após o que se registaram, mais, as seguintes inscrições de autarcas: **Júlio Rosado, Clárisse Castanheiro e Hélder Agapito.** —

— **Júlio Rosado** comentou a intervenção de Hélder Agapito, apontando que este se esqueceu que a proposta feita reportou-se a terreno com localização junto ao Novo Aeroporto Internacional de Lisboa, tendo-lhe sido explicadas as inúmeras condicionantes legais existentes. —

— **Hélder Agapito** interveio novamente para aconselhar Júlio Rosado a consultar a proposta, uma vez que o que disse não tem tradução nesse documento. —

— **Clárisse Castanheiro** prestou esclarecimento, recusando a autoria da candidatura conjunta às *Sete Maravilhas Naturais de Portugal*, assinalando que não pode ser descurado o trabalho dos técnicos dos municípios de Benavente, de Alcochete e Vila Franca de Xira que passou pela colaboração na selecção de textos e de imagens até à finalização da candidatura. Mais, sublinhou que a iniciativa da candidatura conjunta partiu do Presidente da Câmara Municipal de Benavente. —

— O **Presidente da Câmara Municipal** antes de responder às intervenções dos autarcas, informou e pediu a melhor compreensão dos autarcas da Assembleia para a necessidade de realização de uma sessão extraordinária do órgão deliberativo no início de Março, tendo por único ponto da ordem de trabalhos, a proposta de compatibilização do Plano Director Municipal de Benavente com o Plano Regional de Ordenamento do Território aplicável, tendo-se alcançado a data de dez de Março do corrente ano, com início pelas vinte horas e trinta minutos. —

— **Encetando as respostas aos autarcas, prosseguiu no uso da palavra** e referiu-se à questão da disponibilização pela Câmara Municipal de um terreno para a construção de um hospital distrital, para esclarecer que a mesma não faz sentido caso o Governo venha a decidir que tal hospital deve localizar-se na cidade aeroportuária que construída. Caso contrário admite tal disponibilização, sendo certo que se estará a concorrer com outros municípios. —

— Sobre o mau estado dos pavimentos de algumas vias em Samora Correia respondeu que assim que melhoraram as condições climatéricas foi levada a cabo

intervenção, todavia, o mau tempo voltou e os problemas também. Assim, logo que possível ocorrerá nova intervenção de reposição de pavimentos. —————

— Quanto ao impedimento de acesso ao Ecoponto nos Arados, afirmou que o vereador municipal responsável tomou boa nota e agirá em conformidade. —————

— Quanto à limpeza e desobstrução de linhas de água particulares informou sobre a repartição legal de responsabilidades: as Câmaras Municipais assumem as linhas de água particulares sitas dentro dos perímetros urbanos das suas localidades; os respectivos proprietários são responsáveis nas restantes situações. Mesmo nestes casos, a Câmara Municipal tem procedido à notificação dos proprietários visando que estes procedam à limpeza atempada e conveniente das suas linhas de água, registando-se incumprimentos, perante os quais os serviços municipais pouco podem fazer senão em termos de contra-ordenação, uma vez que como é sabido só em situações excepcionais é possível executar coercivamente, em substituição, tais trabalhos, invadindo propriedade privada. —————

— Sobre as condições do mercado mensal em Benavente, afirmou que o mesmo se realiza em local público sem prejuízo para a circulação e segurança rodoviárias e permitindo o acesso dos proprietários aos prédios privados confinantes. —————

— Reportou-se ao citado projecto-lei, afirmando que concorda com o seu alcance, fazendo votos que todos os seus destinatários o cumpram.

— Afirmou que seguramente a Câmara Municipal apoiará as comemorações oficiais dos quinhentos anos do foral de Samora Correia. —————

— Quanto ao desrespeito da sinalização de submersão da Estrada do Campo, em Benavente, afirmou que para além disso são emitidos avisos na rádio local e o próprio Serviço Municipal de Protecção Civil assume a publicidade dessas situações, entendendo até que o barramento total não obviará a que algumas pessoas arrisquem atravessar a via submersa. —————

— Informou que não são já pagas quotas à entidade regional de turismo, antes é-lhe afectada directamente parte do Imposto do Valor Acrescentado, no âmbito turístico, mesmo que a sua acção no Município de Benavente não se vislumbre, sendo os valores apresentados de monta irrisória quando confrontados com o plano de acção da própria entidade. —————

— No que concerne à acção dos Municípios com Cidades Taurinas o que tem dominado é a tauromaquia, pelo que há que se contemplar a importante e secular

tradição da restante festa taurina, nomeadamente as esperas de toiros, introduzindo-a na Secção da Associação Nacional dos Municípios Portugueses em causa. —

— A autarca **Vânia Castanheiro** pediu para intervir, a fim de prestar esclarecimentos sobre a sua antecedente intervenção, afirmando que ela própria testemunhou as más condições que antes apontou, tendo existido postos de venda instalados em via pública municipal onde continuavam a circular automóveis. —

— Em resposta, o **Presidente da Câmara** admitiu, então, que, excepcionalmente, tais postos de venda não estivessem instalados no espaço destinado à realização do mercado, já que a autoridade policial local foi chamada intervir para evitar o prejuízo da circulação rodoviária na Estrada Municipal Quinhentos e Quinze, incluso com o seu Corpo de Intervenção Especial em duas situações concretas. —

— **Seguidamente, o Presidente da Assembleia dispensou a presença dos membros da Câmara Municipal, deu por terminada a discussão da Ordem do Dia e anunciou que se iria proceder-se à votação da minuta de deliberação do Ponto Três da Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada, por unanimidade.** —

— Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente sessão, às zero horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e sete de Fevereiro de dois mil e dez, da qual para constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente Acta, que apreciada por todos os membros, foi posta a votação e aprovada, por unanimidade, sendo rubricada e assinada por todos os elementos da Mesa da Assembleia Municipal. —

A Primeira Secretária

O Presidente,

A Segunda Secretária
